

Câm - Brasil

NOTAS E INFORMAÇÕES

Fugindo do labirinto

A "Irmandade da Economia" está fora de si. Como não pode investir contra a Justiça Federal, pois seria cometer suicídio, prefere ver na realidade aquilo que sua alma gostaria de enxergar. Daí João Maia, secretário-executivo do Ministério da Economia, transformar os brasileiros que fazem fila para entrar com ações contra o confisco de seus bens pelo Plano Brasil Novo, de março de 1990, em "sócios da inflação" — confundindo a sociedade com os empresários, que continuam culpados de tudo. No mesmo diapasão, o presidente do Banco Central, talvez esquecido de que os serviços têm preço na sociedade capitalista que o acolheu, acusa genericamente os advogados de fazer "comércio na conversão de cruzados em cruzeiros" por cobrar de 10% a 20% dos que, para bater às portas da Justiça, necessitam de sua ajuda. No novo quadro de desencanto, para não dizer desespero dos "irmãos", os advogados foram somados aos empresários como constituindo aquele grupo antinacional que age em defesa de seus próprios interesses, prejudicando "um esforço de estabilização da economia feito pela sociedade como um todo". Não se discute a lógica da afirmação — afinal, até prova em contrário feita pela "Irmandade", empresários e advogados fazem parte do "todo" da sociedade. Anota-se, isto sim, a ilusão, melhor dizendo

a fantasia em que vive mergulhada a "Irmandade", sonhando que seus planos estabilizaram a economia e a sociedade os apóia. Felizmente, para nossos ouvidos, não se fala mais que 35 milhões de brasileiros aprovaram, em dezembro de 1989, o confisco de seus haveres em março de 1990. Repetir a ladainha, nesta altura dos acontecimentos, seria cinismo demais...

Os "irmãos" têm razão para irritar-se com advogados, empresários e povo. Em todas as partes, de todas as camadas sociais, brotam mandados de segurança contra o Executivo, e a Justiça, impávida, concede as liminares. Não se está cuidando, apenas, de reaver cruzados (cruzeiros) ainda que desvalorizados por atos de arbitrio do presidente da República. Contesta-se a constitucionalidade dos aumentos feitos no Finsocial — e há tribunais federais de segunda instância que assim decidem. Protestinga-se contra a pretensão do Executivo de congelar preços e fechar fábricas e se ganha em tribunais federais. No próprio Tribunal Superior de Justiça considera-se inconstitucional o confisco dos haveres de março de 1990. Por toda a parte, de todos os lados, naqueles casos em que se percebe que a Constituição foi violada, vai-se à Justiça. E



O ESTADO DE S. PAULO

o Judiciário, provocado, não tarda em socorrer os aflitos, como se dizia.

É natural que a irritação domine aqueles que se julgavam os salvadores da Pátria e os únicos que, desde Pedro Álvares Cabral, tiveram o pensamento voltado para o bem da Pátria. Jovens e herdeiros do autoritarismo e do dogmatismo dos movimentos de esquerda dos anos 60 e 70, pouco se lhes dava a Constituição. Nos primeiros entreveros com o Judiciário foi fácil encontrar o bode expiatório de uma mentalidade guerrilheiro-tupiniquim; Bernardo Cabral pagou pelos erros jurídicos e por algo mais. Hoje, todos sabem que a responsabilidade pelos erros jurídicos, que comprimem o Executivo, cabe à "Irmandade".

Temendo o descrédito, os "irmãos" não se dão por vencidos. Agora que o combate à inflação não merece mais um único tiro nem um só golpe de caratê, pois será gradual privilegiando-se o desenvolvimento, cuidam de fazer que, apesar de tudo, a inflação não suba muito, condição indispensável para restabelecer a confiança dos investidores no País. O passado, porém, os condena: o combate à inflação será gradual

— isso é o que se diz para o público. Outra voz, porém, mais forte estabelece índices para aumentos de preços, trazidos dos gabinetes ministeriais para as discussões com os membros das câmaras setoriais ou então calculados na hora, para impressionar mais os homens que têm a responsabilidade de criar empregos, pagar salários, recolher impostos e taxas, dar lucro a seus acionistas, fazer investimentos, criar novos empregos... Nas câmaras setoriais, se os empresários imaginaram que teriam algum poder decisório, enganaram-se. Têm de aceitar aquilo que os "irmãos" lhes impõem, mesmo que a greve corra solta pelo Estado de São Paulo e as empresas sofram dupla pressão — de baixo e de cima. Já que a Justiça não autoriza o Executivo a congelar preços ou aumentar alíquotas do Finsocial, que os empresários produzam a baixo rendimento, ou nenhum.

Se se tratasse de psicodrama, entender-se-ia o papel que cada um desempenha. Infelizmente, porém, não é um psicodrama nem psicoterapia de grupo: é a sociedade brasileira que está acuada e encontra na Justiça sua única escapatória. Que alguém possa fugir dos labirintos do Minotauro, isso é coisa que a "Irmandade" não admite. A sociedade quer libertar-se, no entanto. Para isso, recorre à Justiça!